

-----ATA N.º 6-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte e oito dias de maio de 2020, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício do Teatro Cine de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Proposta n.º 5/AM/2020 – Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 24/CM/2020 - Integração do saldo de gerência da execução orçamental de 2019 e 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2020 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----
- 3 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais: -----
- 3.1 - Proposta n.º 18/CM/2020 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Empreitada para reabilitação de pavimentos em vala no concelho; -----
- 3.2 - Proposta n.º 19/CM/2020 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Aquisição contínua de contadores para medição de água, pelo prazo de 2 anos;-----
- 3.3 – Proposta n.º 23/CM/2020 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Aquisição contínua de materiais diversos para água e saneamento, por lotes;-----
- 4 - Proposta n.º 20/CM/2020 - Criação da cooperativa do ramo cultural Rede Cultura 2027 Leiria – Cooperativa de responsabilidade limitada; -----
- 5 - Proposta n.º 16/CM/2020 - Constituição e adesão do Município de Torres Vedras à Adapt.Local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas; -----
- 6 - Proposta n.º 17/CM/2020 - Alteração aos estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos AMO MAIS; -----
- 7 - Proposta n.º 6/AM/2020 – Relatório Anual de Atividades 2019 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras; -----
- 8 - Proposta n.º 7/AM/2020 – Relatório das Atividades da Comissão Permanente de Líderes em 2019;-----

-----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----
---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João

António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalho Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre dos Santos Narciso. -----

-----Faltou a deputada municipal Ana Paula Santos Mota e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 12 do Regimento foi considerado faltoso o deputado municipal António Martins Moreira que se ausentou definitivamente antes do termo da sessão. -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Maria João Pinto Correia.-----

-----Nos termos do n.º 2 da Lei n.º 1-A/2020, a realização pública da presente sessão foi suspensa, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da Assembleia Municipal. -----

-----Período Antes da Ordem do Dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo o documento sido numerado e rubricado, o qual irá ficar arquivado em pasta própria, anexa ao livro de atas.-----

-----Anota-se que foram numerados documentos 1 que a seguir se indicam:-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 1: -----

-----Presente email de Francisco da Cruz Branco Silva, de 27 de maio, a informar que necessitando de dar ainda mais atenção ao confinamento/distanciamento social irá faltar à sessão da Assembleia Municipal de 28 de maio solicitando a sua substituição.-----

-----Encontrava-se presente Artur Alexandre Santos Narciso.-----

-----Período Antes da Ordem do Dia. -----

TEATRO – CINE – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO NAS SESSÕES:-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* pediu a palavra para questionar a mesa no sentido de equacionar a possibilidade da intervenção do público, caso se continuem a realizar as sessões nestes moldes, de modo a que a democracia seja cumprida.-----

-----O *presidente da Mesa* informou que teriam tempo para discutir o assunto na reunião de líderes para preparação da próxima sessão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL FLORESTAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso Carvalho* interveio no sentido de assinalar o próximo dia 5 de junho, data que irá ser inaugurado o Centro em título que vai ficar instalado nas antigas instalações da Macieira, no Maxial. -----

-----Assinalou que este centro está estrategicamente localizado no meio da maior mancha florestal do concelho, que tem cerca de 6500 ha de área verde florestal e não cultivada, numa freguesia considerada prioritária ao nível da defesa da floresta e do combate a incêndios.-----

-----Assinalou ainda que este espaço, que foi adquirido pelo município em 2006, será parcialmente ocupado num total de 550 m², e foi alvo de uma intervenção de reabilitação -, indo concentrar vários serviços e meios associados ao setor florestal.-----

-----Referiu-se concretamente ao gabinete técnico florestal da Câmara Municipal que conta com 4 técnicos, para aí desenvolverem o seu trabalho em maior proximidade com o território rural e com atendimento diário à comunidade, um espaço próprio para 6 sapadores florestais que serão 11 até ao fim do ano, e a Afloeste, Associação Interprofissional da Floresta do Oeste, que agrega as associações de produtores florestais da Região Oeste, com 2 técnicos em permanência e tem como objetivo a promoção da gestão ativa e responsável das florestas e certificação regional na gestão florestal sustentável.-----

-----Acrescentou que o município vem assim, mais uma vez, reforçar o compromisso na procura de um território florestal mais ordenado, sustentável e seguro e ao mesmo tempo continuar na linha das suas políticas de descentralização, quer na oferta de serviços quer em espaços físicos por todo o concelho. -----

-----Concluiu agradecendo o investimento, manifestando-se orgulhoso pelo facto de as instalações estarem na freguesia em que nasceu. -----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu as palavras do autarca.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES PELA APLICAÇÃO DE PESTICIDAS:-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* questionou novamente acerca do resultado do processo de averiguações em título, lembrando que não obteve resposta na sessão anterior. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que responderia por escrito uma vez que tinha que solicitar aos serviços o relatório.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PANDEMIA – COVID-19 – ASSUNTOS VÁRIOS:-----

DESINFECÇÃO DE RUAS – ABERTURA DAS SESSÕES AO PÚBLICO – TERMINAL

RODOVIÁRIO – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS - ABERTURA DAS CRECHES E

SECUNDÁRIOS 11.º E 12.º - EIXO III - APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO PARA GARANTIR O ADEQUADO E REGULAR FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS E RESPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES - TESTES SERIOLÓGICOS - MASCARAS – DADOS DA DGS – LOTACÃO DAS PRAIAS.-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues*, tendo por base que a Organização Mundial de Saúde e a Direção Geral de Saúde têm vindo a afirmar que a desinfeção das ruas no âmbito do combate à COVID-19 não tem qualquer prova de eficácia no controlo da propagação do vírus, podendo até ser prejudicial para a saúde, questionou quais os critérios científicos que estão na base destas ações, quais os produtos que estão a ser aplicados e a razão dessas escolhas. -----

-----Deu nota ainda que a COVID-19 trouxe um estado de emergência e um estado de calamidade e com eles a suspensão de alguns direitos democráticos, tendo como fim o bem da vida e da saúde das populações. -----

-----Estas medidas foram mais ou menos consensuais a nível nacional, contudo não podem deixar de salientar que foram e são provisórias e há que repor a plenitude dos direitos democráticos assim que as condições o permitam. -----

-----Em sequência e uma vez que as sessões da Assembleia Municipal não foram interrompidas, tendo-se adaptado as condições do seu funcionamento, o BE não vê nenhuma razão, para que dentro das condições de segurança sanitária que se impõem, o público não possa participar no tempo que lhe é devido pelo regimento que regula este órgão, repondo a democracia ao abrir as sessões à população do concelho.-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* disse que teve conhecimento que houve a preocupação da Câmara Municipal em mandar limpar o terminal rodoviário no domingo logo a seguir à sua intervenção neste plenário, mas acha que ainda é preciso manter essa preocupação. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* interveio no sentido de indagar sobre os moldes de funcionamento da Câmara Municipal, presumindo que a partir da próxima semana reabrirá os seus serviços de atendimento presencial.-----

-----Deu nota que muitos munícipes o questionaram sobre o assunto, tendo em conta que algumas atividades da Promotores já se iniciaram em termos de estacionamento, parecendo-lhe um pouco incongruente, começar uns serviços e outros não.-----

-----Quanto à possibilidade de os estabelecimentos alargarem as suas esplanadas, nesta fase de adaptação em que todos os municípios do país estão a tentar levar a cabo iniciativas importantes para a fruição do espaço público ao ar livre, lembrou que no ano passado no Verão a autarquia realizou eventos no largo S. Pedro envolvendo a restauração. -----

-----Por fim disse que neste verão, em que já foram publicitadas as capacidades das praias de Santa Cruz e estão numa fase em que a região de Lisboa e Vale do Tejo está um pouco preocupante a

nível de contágios, não se sabendo até se os centros comerciais poderão abrir ou não, devem diversificar os polos de atração. -----

-----A *deputada municipal Leonor Marinheiro* disse ser do domínio público a abertura realizada no passado dia 16 das creches e ensino secundário no que concerne aos 11.º e 12.º nas disciplinas sujeitas a exame e considerando o momento extremo de preocupação, dúvidas e incertezas gostaria de colocar algumas questões, referindo-se concretamente a: -----

-----Se os resultados dos testes COVID aplicado aos funcionários das creches já é conhecido. -----

-----Que medidas de proteção e segurança foram realizadas no território no Ensino secundário.-----

-----Também deu nota que a comunicação social veiculou que os testes COVID-19 não serão aplicados aos funcionários dos jardins de infância o que gera um clima de grande insegurança, e sabendo que está marcado para o dia 1 de junho a sua abertura, questionou qual a posição do município em relação às medidas de segurança e funcionamento neste setor. -----

-----Ainda em relação ao ensino secundário e no que se refere aos transportes dos alunos, disse parecer existir uma falta de ajustamento aos horários dos alunos de forma a responder adequadamente às necessidades atuais, pelo que seria de assegurar que os transportes necessários são facilitados e disponibilizados em tempo oportuno. -----

-----Por último, reportando-se ao aproximar do Dia Mundial da Criança e não sendo possível dar continuidade à *Oeste Infantil* questionou se está prevista alguma alternativa para festejar este dia.

-----A *deputada municipal Rita Sammer* na sequência do referido, confirmou que se aproxima um dia importante para o concelho, na medida em que a educação pré-escolar e os jardins de infância vão abrir as suas portas, considerando esta medida muito importante uma vez que nesta fase de desconfinamento também é preciso por a economia a funcionar.-----

-----Defendeu que os pais podem ficar tranquilos com o regresso das suas crianças aos jardins de infância, os quais, tanto quanto sabe, estão todos devidamente preparados para receber os mais novos numa articulação próxima com a autarquia.-----

-----Relativamente aos testes, quer as educadoras quer as assistentes operacionais já foram submetidas aos mesmos, o que é sempre algo tranquilizante referindo ainda que a realização destes testes foi também estendida aos professores de educação especial.-----

-----A *deputada municipal Susana Neves* reportou-se às Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes no concelho de Torres Vedras, que enfrentam ao dia de hoje, com a vivência da pandemia COVID-19, uma das mais difíceis fases de sustentabilidade, sendo com agrado que o Grupo Municipal do PS, vê integrado no eixo 3 do programa municipal de apoio extraordinário um apoio financeiro no valor de €100.000,00 às IPSS que demonstrem concretamente:-----

-----Uma quebra de rendimentos associados à taxa de esforço para manter e não despedir os seus recursos humanos, uma quebra de rendimento por exigida redução ou súbito aumento dos seus

serviços para responder a questões de emergência social associadas ao surto pandémico, uma capacidade de ajustamento às orientações normativas e processuais da DGS, associando-se a essas as despesas com os equipamentos de proteção individual, a rápida readaptação das respostas sociais às necessidades dos seus utentes e dos seus doentes e até a redução de mensalidades nos serviços, por forma a responder a crises financeiras familiares que esta pandemia gerou e continua gerar. -----

-----Assim, apelou às instituições de solidariedade do concelho para consultarem este programa já disponível no site da autarquia e a avançarem com as suas candidaturas para o reequilíbrio financeiro e continuidade das suas intervenções, cada vez mais ajustadas, melhoradas em prol de quem mais delas necessitam. -----

-----O *deputado municipal João Pedro Gomes*, registou com agrado que a Câmara Municipal está a promover a possibilidade de os estabelecimentos comerciais poderem ampliar as esplanadas inquirindo nesse âmbito o que vai ser concretamente feito, pois considera uma medida importante que vai permitir concentrar o mínimo possível de pessoas dentro dos estabelecimentos onde o risco de transmissão é muito superior. -----

-----Relativamente às mascarar que o município anda a distribuir pelos seus munícipes, teve conhecimento que alguns locais ainda não receberam, nomeadamente na freguesia da Silveira, A-dos-Cunhados e nas freguesias da cidade.-----

-----Questionou a razão da disparidade de dados da DGS e do município de Torres Vedras e quais podem dar como certos. -----

-----Questionou também se existe alguma cadeia de transmissão ativa no concelho, tendo em conta que da última vez que o plenário reuniu, tinham 1 caso ativo e hoje há 14, aproveitando para desejar a essas pessoas que recuperem o quanto antes. -----

-----Por último questionou se a Câmara Municipal planeia fazer testes serológicos no futuro, se sim quando, uma vez que são testes que vão permitir saber o grau de imunidade da população e quanto mais informação houve para combater esta pandemia melhor.-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* deu nota que acabou de ver o mapa com a distribuição da capacidade das praias, questionando quais são os critérios usados, uma vez que lhe parecem excessivos, embora sem ter qualquer base comparativa para o dizer. -----

-----Nesta sequência registou com muito agrado que o jornal Expresso de 9 de maio parece saber mais do que o governo acerca da organização turística do país, tendo feito a divisão em norte, centro, oeste, Lisboa, litoral Alentejano e Algarve.-----

-----Foi dada a palavra ao *presidente da Câmara* para responder às questões, que de algum modo se relacionam com o período epidemiológico que atravessam.-----

-----Assim, sobre a limpeza do terminal rodoviário, disse que os serviços irão continuar a fazer esse

serviço, agradecendo a nota.-----

----Disse também que têm transmitido à empresa Barraqueiro as muitas preocupações expressas no plenário a nível dos transportes públicos na vertente da relação oferta/procura.-----

----Iguamente deu nota que esta preocupação foi manifestada pelos 12 municípios da OesteCIM na reunião que teve lugar no dia anterior, tendo o seu presidente ficado de falar com todos os operadores da região para melhorar neste aspeto.-----

----No que se refere aos serviços camarários informou que voltarão a funcionar no próximo dia 1 de junho no seu pleno com abertura ao público entre as 9h e as 16h, já com atendimentos presenciais e dentro dessa senda o parque de estacionamento também vai ser aberto.-----

----Mais informou que têm vindo a fazer o desconfinamento em função da evolução da pandemia no território e com esse âmbito a Promotorres tem estado a fazer trabalho de sensibilização, mas, há situações que ultrapassam a sensibilização e passam a transgressão e aí os fiscais têm que atuar em conformidade com as suas competências.-----

----Informou também que estão a preparar um conjunto de iniciativas em espaço público para animação na cidade.-----

----Referindo-se à intervenção da deputada municipal Leonor Marinheiro, quanto à abertura das creches, expressou um agradecimento a todas as IPSS do concelho e aos pais que acreditaram ser possível, o que com a colaboração da Câmara Municipal veio a concretizar-se.-----

----Referiu que os 11.º e 12.º também estão a funcionar dentro da normalidade, quer no ensino regular quer no profissional, agradecendo também a todos os profissionais da área da educação e às famílias que acreditaram.-----

----Assinalou que todos aqueles que trabalham diretamente nas creches foram testados e deram negativo e no momento estão a fazer testes às equipas que vão trabalhar nos jardins de infância para abrirem no próximo dia 1 de junho.-----

----No que se refere ao dia Mundial da Criança, a Câmara Municipal terá um projeto digital abraçado pela artista torriense Susana Félix que aceitou desde a primeira hora participar e que irá animar as crianças nesse dia.-----

----Agradeceu a intervenção da deputada municipal Susana Neves confirmando que estão a trabalhar nas 39 medidas e na sua implementação.-----

----Reportou-se de seguida à questão das esplanadas dando conhecimento ao plenário que a autarquia esta a equacionar a possibilidade de licenciamento “na hora” para quem traz o processo devidamente instruído, mas se não for o caso o utente tem 5 dias para entregar e os serviços 5 dias uteis para ir ao local para atestar a conformidade dos critérios de ampliação.-----

----Quanto máscaras às esclareceu que as juntas de freguesia de maior dimensão ainda estão a proceder à sua entrega.-----

-----No que concerne aos dados da COVID-19 no concelho informou que os mesmos advêm da autoridade de saúde local, sendo natural que no site da DGS possa haver algum desfasamento temporal de atuação. -----

-----Relativamente aos testes serológicos, face aos dados que têm, não estão a pensar fazê-los. --

-----Por último e no que se refere à questão sobre a capacidade das praias do concelho, informou que estão a conferir com a Agência Portuguesa de Ambiente os dados que foram publicados ontem, no sentido de poderem fazer algum ajustamento, pois também houve alguns números que lhe pareceram excessivos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CONTRATOS DE AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS – GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* questionou se é intenção da autarquia, além das pessoas que tem a trabalhar no gabinete de comunicação, continuar a fazer contratos de aquisição de serviços, como fez para a gestão das redes sociais com uma jovem por €45.230,00, por 3 anos.

-----Nesta sequência também questionou se não chegam os técnicos de que a autarquia dispõe no seu mapa de pessoal, pois entende que os recursos públicos de todos os que pagam as suas taxas têm que ser bem geridos. -----

-----O *presidente da Câmara* informou que tiveram a necessidade de fazer esta contratação, mas estão a preparar lugares no quadro para alojar um conjunto de profissionais nesta área que estão com contratos precários, como o caso citado. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PROTEÇÃO CIVIL: -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* reportou-se ao atendimento da linha telefónica da proteção civil, após a hora de expediente, questionando se é reencaminhada para os bombeiros ou se os técnicos fazem o reencaminhamento, para qualquer catástrofe que aconteça no concelho. ---

-----O *presidente da Câmara* esclareceu que o primeiro contacto é feito com os bombeiros, que em função da tipologia encaminham a chamada e se for assunto da competência da proteção civil, a mesma atuará em função das necessidades. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PRAIAS COM QUALIDADE DE OURO: -----

-----O *deputado municipal Nelson Aniceto* referiu que hoje tinha sido publicado pela Quercus a listagem das praias com qualidade de ouro para o ano de 2020, sendo de saudar que no concelho de Torres Vedras foram galardoadas 12, as mesmas do ano passado, saudando também todo o trabalho que levou a que se consiga manter essas referências positivas, atendendo ao momento excecional que se vive. -----

-----O *presidente da Câmara* deu nota que a autarquia tem vindo a fazer um esforço significativo

para a melhoria da qualidade das águas de interior, das águas balneares e das praias, que são hoje uma referência nacional.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CICLOVIAS:-----

-----O *deputado municipal Nelson Aniceto*, tendo em conta os tempos de confinamento que existem pela necessidade de distanciamento social, registou com agrado ter verificado que os torrienses, conscientemente, para além de terem optado por adotar alguns estilos de vida desportivos e saudáveis, também optaram por utilizar meios de deslocação alternativos, nomeadamente com recurso às bicicletas utilizando as ciclovias que foram construídas na cidade e que de alguma forma foram merecedoras de muitas críticas na altura.-----

-----Inquiriu qual o ponto de situação da finalização dos trabalhos da ciclovia.-----

-----Em resposta e no que diz respeito ao TnL o *deputado municipal Sérgio Jacinto* esclareceu que essa crítica, que se mantém, diz respeito não à construção da ciclovia, mas sim à escolha do lado, no entendimento que originaria muito menos constrangimentos viários, provavelmente muito menos acidentes e seguramente um custo muito menor.-----

-----Frisou que estavam todos, com certeza, longe de dotes adivinhos de que viria esta pandemia pela frente e que os poria a fazer mais uso da dita ciclovia, muito mais rapidamente do que seria expetável no início da sua construção.-----

-----O *presidente da Câmara* informou que as ciclovias estão na fase final de execução e têm a previsão de as inaugurar formalmente no dia de Portugal.-----

-----Aproveitou para dar nota que a ida da ciclovia para o lado nascente da avenida, foi mais benéfico do que passar para o lado do parque verde, pois permite uma relação interessante do ponto de vista comercial ao longo de todo o percurso.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PLACAS TEATRO-CINE:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* lembrou que na última sessão questionou o edil acerca das placas históricas que estavam neste edifício antes da reformulação do teatro, recebendo como resposta que estavam à entrada e que ele não tinha reparado, mas o que lá está é uma placa que resume as outras placas, renovando por isso a questão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOLHA DE PILHAS:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou acerca da recolha de pilhas, concretamente nos edifícios geridos pelo município, considerando uma questão muito pertinente e ambientalmente importantíssima.-----

-----O **presidente da Câmara** informou que quando têm pilhas em suficiente número abordam a entidade gestora com a qual celebraram um protocolo para fazer a recolha. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE REFEIÇÕES PARA ARTISTAS:-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* deu nota que no dia 5 de maio teve conhecimento de um ajuste direto de aquisição de serviços de fornecimento de refeições para artistas convidados e conferencistas durante as atividades e eventos a realizar pela autarquia, no valor de €25.000,00 mais IVA. -----

-----Sabendo que os espetáculos estão cancelados pelo governo, gostaria de saber pormenores e o valor unitário das refeições. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que através da central de compras internas do município, a área de eventos faz aquisição de serviços de toda a tipologia, mas não tem presente o valor de referência de cada uma das refeições, o qual fará chegar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Período da Ordem do dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

---- O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 2 de 20 de fevereiro, n.º 3 de 3 de março e n.º 4 de 25 de abril de 2020, tendo a Assembleia Municipal, após algumas correções, aprovado por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas. -----

ADITAMENTO DE ASSUNTOS À ORDEM DE TRABALHOS:

-----O **presidente da Mesa** informou que a Câmara Municipal, na sequência da sua reunião da passada quarta-feira tinha solicitado o agendamento de mais quatro assuntos, manifestando urgência. Contudo não estando prevista essa possibilidade por se tratar de uma reunião extraordinária, e depois de alguns deputados se terem manifestado sobre o assunto, colocou à admissibilidade do plenário aditá-los na ordem de trabalhos. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 35 votos contra e 3 abstenções de Maria Teresa Oliveira, João Rodrigues e Sérgio Jacinto, incluir na ordem de trabalhos a seguir ao ponto 2, os seguintes assuntos:-----

-----“Proposta n.º 25/CM/2020 - 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano Município de Torres Vedras, para 2020; -----

-----Proposta n.º 26/CM/2020 – Autorização para empréstimo de médio/longo prazos para financiamento de intervenções na rede viária municipal, até ao montante de € 1.685.000,00 -----

-----Autorização para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais:-----

-----Proposta n.º 27 /CM/2020 - Aquisição de produtos alimentares para confeção e fornecimento de refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas básicas – Ano letivo 2020/21, por lotes-----

-----Proposta n.º 28/CM/2020 - Aquisição de refeições confeccionadas para as escolas do ensino básico 2.º e 3.º ciclos e secundárias – Ano letivo 2020/21.”-----

1 - PROPOSTA N.º 5/AM/2020 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----O presidente da Assembleia informou que a Mesa passaria a ler os documentos recebidos para este ponto e seria dada a possibilidade aos grupos municipais de fazerem uma breve apresentação dos mesmos:-----

RECOMENDAÇÃO - PELO PROLONGAMENTO DOS APOIOS SOCIAIS AO ABRIGO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, PARA QUE SE MANTENHAM EM VIGOR, PELO MENOS, ATÉ AO FINAL DO CORRENTE ANO:-----

-----Considerando que:-----

-----a)A emergência sanitária causada pelo vírus covid-19, está a transformar-se numa emergência social e económica, sem previsões de termino;-----

-----b)Os últimos meses puseram a nu muitas desigualdades e fragilidades das famílias do concelho, em termos de emprego, rendimentos, habitação, alimentação, acesso ao ensino à distância também e na pequena economia informal, entre outros; originando situações de carências e risco social;---

-----c)A autarquia respondeu com um conjunto de medidas em termos sanitários, plano de emergência, taxas e rendas, refeições e um conjunto de apoios sociais de primeira linha, que demonstram esta necessidade;-----

-----d)A autarquia pode e deve ter um papel ainda mais ativo nas políticas publicas sociais, chamando a si a coordenação de entidades e de apoios para acudir à crise económica e social que se instala;-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 28 de maio de 2020, recomenda:-----

-----a. Que as medidas de Apoio Social e de Apoio Extraordinário às Famílias, implementadas até 30 de junho, se mantenham em vigor, pelo menos, até ao final do ano de 2020, sendo acompanhadas, reavaliadas e prolongadas de acordo com as necessidades das famílias mais carenciadas.-----

-----b. A elaboração de um Plano Específico de Emergência Social, integrado e sistematizado através de um levantamento das situações de carência económica e risco social verificadas e o seu acompanhamento em cada freguesia, com prioridades, medidas e sua cabimentação financeira através de um Fundo Específico de Emergência Social.-----

-----Torres Vedras, 28 de maio de 2020.-----

-----João Rodrigues - Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.”-----

-----O deputado municipal **Nuno Henriques** interveio no sentido de assinalar que hoje mesmo o seu líder partidário propôs algumas medidas importantes ao governo já que entende que a responsabilidade tem que ser partilhada com as autarquias, transmitindo assim esta preocupação

do PSD.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu a postura do BE em relação a uma matéria que a todos preocupa, mas nesta fase estão a avaliar para ter a noção dos processos que possam vir a ser desenvolvidos. -----

-----Face à pandemia, as medidas de “Apoio Social e de Apoio Extraordinário às Famílias” que estão em vigor até 30 de junho relativamente às empresas, instituições e famílias refletem a posição do BE, contudo considera prematuro estarem a alongar até final do ano, quando não possuem todos os dados fidedignos em relação a esta temática. -----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que o Grupo Municipal do PS está em consonância com os considerandos da recomendação e com as preocupações da Câmara Municipal ao aprovar as referidas medidas, pelo que irão votar a favor, deixando o alerta para que a Câmara Municipal continue a trabalhar no sentido de tentar satisfazer ao máximo as necessidades dos mais desfavorecidos no concelho. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação em título.-----

MOÇÃO: COMISSÃO MUNICIPAL DE CULTURA E DO CONHECIMENTO: -----

-----“O Grupo Municipal do PSD-Partido Social Democrata de Torres Vedras propõe que a Câmara Municipal de Torres Vedras, institua a Comissão Municipal de Cultura e do Conhecimento, até ao fim do corrente ano cível de 2020, em virtude de ser urgente existir um pluralismo democrático de opiniões e este ser um órgão consultivo municipal, já que o executivo investe valores consideráveis e tem gastos significativos em termos monetários e de recursos humanos (considerando-se a médias dos dois últimos anos), entre outros, em prol dos assuntos culturais e afins, pretendendo-se até participar na candidatura a Capital Europeia da Cultura de 2027, sendo para tal candidatura, esta uma premissa valorativa a considerar.”-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* fez notar que este documento confunde “moção” com “recomendação”, já que a Assembleia Municipal não pode determinar a instituição de uma comissão municipal que é uma competência do Executivo, mas pode recomendar nesse sentido. -----

-----Depois desta intervenção o *deputado municipal* e proponente da moção **Nuno Henriques**, lembrando que que o município pretende participar na candidatura “Capital Europeia da Cultura de 2027” concordou com a alteração para “recomendação”, se for essa a condição para que a mesma seja aprovada.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* reafirmou que se trata de uma competência do Executivo, podendo a Assembleia Municipal dar contributos se for chamada a participar, mas não podem condicionar um trabalho relativamente à candidatura que está a ser gizado por esse órgão. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* disse que o Grupo Municipal do PSD alteraria para

recomendação no pressuposto que isso iria contribuir para um consenso, não sendo assim, não altera.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria de 22 votos contra, 9 votos a favor e 7 abstenções reprovou a moção em título.-----

-----Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PSD, BE e CDS-PP e abstiveram-se, Maria Teresa Oliveira, Sérgio Jacinto, Leonor Marinheiro, Pedro Vasa, Pedro Bernardes, José Augusto Carvalho e António Fortunato.-----

RECOMENDAÇÃO: CRIAÇÃO DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TEATRO DE TORRES VEDRAS:-----

-----“O Grupo Municipal do PSD-Partido Social Democrata de Torres Vedras recomenda que a Assembleia Municipal (em eventual parceria com a Câmara Municipal de Torres Vedras), crie uma comissão eventual, como plataforma de estudo, para analisar a viabilidade da criação da Companhia Municipal de Teatro de Torres Vedras (de carácter municipal ou intermunicipal com os concelhos adjacentes do distrito de Lisboa).-----

-----Com sede e instalação no Teatro-Cine de Torres Vedras, esta estrutura profissional, deve desenvolver um trabalho didático, descentralizado e plural artisticamente a partir de 2021.-----

-----Segundo estudo prévio tal criação, aproveitando alguns recursos humanos e técnicos já existentes no Município, poderá ter uma pequena equipa artística, integrando também estagiários das escolas profissionais e superiores artísticas e áreas adjacentes (como Organização de Eventos; Marketing e Audiovisuais por exemplo), com encenador/diretor artístico convidado com rotatividade semestral, para a diversidade estética e de linguagens teatrais.-----

-----Tal companhia de carácter municipal e público pode poupar em termos financeiros ao Município de Torres Vedras à priori, cerca de 53% a 63% das verbas gastas anualmente direta e indiretamente com a aquisição de espetáculos e custos adjacente (analisando-se os últimos dois anos em média).”

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que a recomendação parece emanada do executivo e que com a mesma se pretende substituir a autarquia que detém a responsabilidade de definir as políticas culturais, condicionando-a a seguir determinadas atitudes num assunto em que tem total autonomia.-----

-----Questionou se o órgão executivo tem algum projeto nesta área, que valide esta pretensão, uma vez que se recomenda “eventual parceria com este órgão”, mas desconhecendo a existência de qualquer parceria, o PS irá votar contra.-----

-----Dirigindo-se à Mesa o *deputado municipal* e proponente da moção **Nuno Henriques** deu nota que a recomendação vai no sentido de criar uma comissão de estudo para “analisar a viabilidade” e antes de avançar com esta proposta, tendo solicitado informação complementar à Câmara

Municipal, que ainda não foi disponibilizada. -----

----Depois do estudo feito, a proposta será apresentada à Câmara Municipal. -----

----O **presidente da Mesa** confirmou que encaminhou para o presidente da Câmara o pedido referido pelo deputado.-----

----O *deputado municipal Rui Lopes* interveio no sentido de lembrar que nesta área existem no concelho alguns grupos apoiados pela autarquia, não percebendo se querem criar um grupo municipal ou se querem ter vários projetos com autonomia, iniciativas e ideias próprias.

----Entende que a criação de uma companhia municipal de teatro municipal poderá fazer concorrência aos grupos que já existem e se a cultura é plural devem apoiar a pluralidade e não a municipalização da cultura. -----

----O *deputado municipal António Carneiro* considerou irrealismo pensar numa companhia profissional de teatro municipal no concelho de Torres Vedras, referindo ainda que é fácil fazer propostas e questionando se foi tido em consideração como seria acolhida a decisão pelas coletividades do concelho. -----

----O *deputado municipal Nuno Henriques* respondeu que a pluralidade seria alcançada através da rotatividade semestral, de um encenador/diretor artístico convidado para haver diversidade estética e intermunicipalidade. -----

----Afirmou que a recomendação vai no sentido de reduzir custos adjacentes e colaterais, que apresentará ao plenário assim que lhe forem disponibilizadas as informações complementares que já citou.-----

----Assinalou também que há lugar para os amadores e há lugar para os profissionais e para as coletividades, tendo todos o direito de existir. -----

----Solicitou à assembleia municipal para que na tomada de decisão não vejam os partidos, vejam a cultura e as pessoas.-----

----Por sugestão do **presidente da Mesa** o proponente solicitou que a recomendação em título fosse retirada, e fosse presente na sessão ordinária de junho, devidamente fundamentada com os elementos que o deputado municipal Nuno Henriques, solicitou à Câmara Municipal e que nesta data ainda não tinha sido disponibilizado. -----

RECOMENDAÇÃO: TOPONÍMIA:-----

----“O Grupo Municipal do PSD-Partido Social Democrata de Torres Vedras recomenda à Câmara Municipal, que faça periodicamente diligências junto da comissão de toponímia para perpetuar com o nome em artérias (Praças, Aveninas, Ruas, Travessas, Becos, Escadas ou outros Cantos), nas freguesias do concelho dos vultos de Torres Vedras ou com ligações a este território concelhio. ----

----Recomenda-se desde já o nome do grande autor português César de Oliveira, que era oriundo de Curvel, da freguesia de Carvoeira. -----

-----O escritor/dramaturgo faz no próximo ano 35 anos que partiu prematuramente, tendo nome de Rua também em Lisboa.-----

-----Autor de tantas obras de sucesso e da letra da canção que percorreu o mundo intitulada “Cheira Bem, Cheira a Lisboa”, que Anita Guerreiro criou e tantos outros a cantaram e todo o povo o trauteou.”-----

-----No uso da palavra o *deputado municipal Nelson Aniceto*, disse julgar que o recomendado é periodicamente efetuado, mas globalmente merece a concordância do grupo municipal do PS, sendo uma iniciativa de saudar.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* também saudou a recomendação em título, lembrando o trabalho meritório no que respeita à toponímia do saudoso vereador Caetano Dinis, à data reconhecido por todos.-----

-----Deste modo solicitou ao presidente da Câmara e ao Executivo Municipal, que mais vezes informasse sobre o trabalho desta comissão e do resultado da mesma.-----

-----O *presidente de Junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso Carvalho*, disse que embora se trate de uma recomendação não pode deixar de assinalar que não podem passar por cima das deliberações das assembleias de freguesia, onde os nomes que são escolhidos, são da sua competência e apesar de poderem ser desconhecidos para alguns, são importantes localmente.-----

-----Assim solicitou que este assunto não fosse levado ao exagero pela Assembleia Municipal, pois também há que ter em conta as deliberações das Assembleias de Freguesia.-----

-----O *presidente da Assembleia* disse que deviam fazer pedagogia, no sentido deste assunto ser visto com objetividade e nobreza ao se reconhecer quem merece ser reconhecido.-----

-----A Assembleia Municipal sendo um órgão deliberativo, não quer nominar ruas, mas quer saber critérios, valores e qual a filosofia subjacente aos nomes são escolhidos, não esquecendo que se for bem aproveitada a toponímia pode ter um grande sentido pedagógico em relação aos mais jovens.-----

-----Nesse sentido apelou ao edil que proximamente preste informação ao plenário sobre a toponímia para perceberem o que está a ser feito.-----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, alertou que mais importante do que o reconhecimento do nome, nas pacas toponímicas devia constar mais informação, indo de encontro à questão pedagógica dos jovens mencionada pelo presidente da mesa.-----

-----O *autarca da Ponte do Rol Pedro Vaza*, concordou com as duas intervenções anteriores opinando que o nome de rua devia ter outra nobreza e as placas serem mais informativas, podendo haver mais troca de informação entre as juntas e a autarquia nesse sentido.-----

-----Aproveitando o assunto de toponímia o *deputado municipal Vale Paulos* teceu algumas

considerações históricas sobre as Linhas de Torres, das quais são referência para quem os visita, o Obelisco e o Forte de S. Vicente.-----

----Assim, disse que pretende apresentar à Assembleia brevemente uma recomendação no sentido de referenciar estes factos e apelou à Câmara para que haja uma placa no sentido de dar a conhecer à população a importância da realidade das Linhas de Torres.-----

----Referiu-se também ao Castro de Zambujal que se desenvolveu através de dezenas de Castros que existiram no concelho de Torres Vedras e seria importante que também esses locais fossem sinalizados. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* manifestou a seu agrado com a intervenção anterior, referindo que o CDS-PP já várias vezes assinalou no plenário a importância que o Município não presta às Linhas de Torres. -----

----Como resposta tem ouvido por parte do edil que o município está integrado numa rede com outros municípios e que gosta de fazer tudo nesse âmbito. Este é um exemplo de coisas que podia fazer de forma isolada no seu espaço territorial. -----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação em título.-----

RECOMENDAÇÃO - PAGAMENTO DOS NADADORES SALVADORES EM 2020: -----

----“Considerando a situação atual, de retração da economia e abalo na vida pessoal e profissional dos torrienses devido à pandemia da Covid 19, -----

----Considerando que a redução da época balnear tem um impacto negativo no turismo e agentes económicos do concelho, não compensado pela não cobrança das taxas de ocupação do domínio hídrico, -----

----Considerando que é importante promover as praias do nosso concelho, desde a Assenta a Porto Novo, como locais seguros, quer no que diz respeito às condições de distanciamento físico recomendado quer quanto à vigilância,-----

----Considerando que foram cancelados múltiplos eventos a realizar durante o verão, nomeadamente o Ocean Spirit, o Be Fashion, o Carnaval de Verão, entre outros, com o correspondente cancelamento de investimento,-----

----Considerando que as praias do nosso concelho são, na sua larga maioria, praias familiares procuradas por torrienses, -----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida no dia 28 de maio de 2020, delibera RECOMENDAR à câmara municipal: -----

----I. Que determine o alargamento da época balnear (por um período não inferior ao dos anos anteriores); -----

----II. Que reafecte o valor das verbas resultantes do cancelamento de eventos programados para a promoção das nossas praias;-----

-----III. Que assuma o pagamento dos nadadores salvadores (montante que se estima não superior a 60 mil euros para 3 meses de época balnear).-----

-----O grupo municipal do Partido Social Democrata”-----

-----O **presidente da Câmara** pediu a palavra para dar nota do trabalho que a autarquia tem vindo a desenvolver para preparação da próxima época balnear, onde os fatores saúde e segurança são fundamentais.-----

-----Assim, indicou que a mesma irá decorrer de dia 27 de junho a 13 de setembro, para a qual irão levar a cabo uma forte campanha a nível dos hotéis e restauração da costa torriense, fatores muito importantes para que a economia local possa ter clientes no mercado interno.-----

-----Indicou ainda que a Câmara Municipal à data já paga a 7 nadadores/salvadores, dois quais 2 são da carrinha Praia Segura, 1 na Formosa, 2 no Mirante e 2 na Mexilhoeira. Este ano isentaram aos concessionários as taxas de ocupação das praias e ainda as taxas de esplanadas, e estão a trabalhar com os concessionários no sentido de poderem aumentar as suas esplanadas.-----

-----Por último disse que este seu esclarecimento vai de encontro às recomendações expressas no documento em discussão.-----

-----O *deputado municipal Nelson Aniceto* agradeceu os esclarecimentos prestados pelo edil que desde logo clarifica a recomendação à autarquia para assumir o pagamento dos nadadores salvadores.-----

-----Lembrou também que a Câmara Municipal tem um Programa de Apoio Extraordinário no âmbito da COVID-19, com 39 medidas, com as quais está previsto que deixe de receber cerca de €2.400.000,00 de receita e que ainda assim faça um alocação de despesa no valor de cerca de €1.500.000,00, o que se traduz num esforço significativo, motivo pelo qual a recomendação não merece o voto favorável do grupo municipal do PS-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* começou por dizer que não deve ter ouvido bem o colega que o antecedeu, pois numa época excecional em que precisam de ser solidários e terem apoios excecionais, sabendo que têm uma extensão de praia grande, onde há concessionários que irão ter dificuldades e também sabendo que o município gasta verbas em quotizações para tudo e mais alguma coisa, acha grave o município não poder participar com € 60.000,00.-----

-----Preocupa-o o PS não aprovar esta recomendação, que considera de interesse municipal.-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* aludiu ao quadro da capacidade de carga das praias recentemente divulgados, assinalando que não tendo conhecimento de qualquer levantamento, tem sérias dúvidas nos números, subscrevendo tudo o que o edil disse, pensando que a autarquia está no caminho que vai ao encontro das preocupações da recomendação.-----

-----Contudo não pode estar de acordo que se diga que se gaste na promoção das praias o que se gastaria nos eventos. Não tem presente o investimento em causa, mas há necessidade de equilibrar

a não estagnação económica com a saúde, pelo que, num ano em que quase não haverá turismo externo, não serão necessárias campanhas no turismo interno, porque os portugueses necessariamente irão fazer férias internamente. -----

-----Considera que tem que haver prudência, já que as praias do concelho de Torres Vedras irão ter muita afluência, face às circunstâncias excepcionais que estão a viver. -----

-----Confia no conhecimento que o presidente da Câmara tem nesta área e no bom senso que tem demonstrado na gestão deste problema para que se consiga fazer esse equilíbrio, e por isso não pode aprovar uma recomendação que diz à Câmara “gastem na promoção o mesmo que gastariam nos eventos”, porque lhe parece perigoso esse raciocínio. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* esclareceu que a proposta concreta da recomendação tem a ver com a questão do pagamento dos nadadores salvadores. -----

-----Quanto ao argumento de não ser necessário fazer a promoção dá força ao argumento de que então há verba que pode ser afeta a esta questão. -----

-----Fez notar que há uns tempos atrás não sabiam como iria ser o Verão, mas aos dias de hoje já perceberam que as pessoas, maioritariamente torrienses, vão para a praia, sendo essa a questão mais importante, pois a sua segurança é fundamental. É preciso reforçar os nadadores salvadores nas várias praias e que a autarquia de forma emblemática e excepcional o assuma. -----

-----Pensa que há uma intransigência com argumentos que objetivamente não colhem. -----

-----O *deputado municipal Artur Narciso* salientou que nos anos anteriores os nadadores/salvadores também eram colocados de acordo com a dimensão da praia pelo que não irá haver mais custos este ano porque as pessoas não vão para fora do país, e vão todas para a praia parecendo-lhe um pouco de populismo este tipo de apreciação. -----

-----O *presidente de Junta da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, interveio no sentido de diferenciar o ponto II da recomendação referente ao reafectar o valor verbas resultantes do cancelamento de eventos programados para a promoção das praias, para o qual considera que deve haver cuidado, contudo tem dificuldade de compreender que a abertura seja só a 27 de junho, tendo em conta que junho é tradicionalmente um mês de festas, que este ano não se vão realizar e as pessoas irão para a praia. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, respondendo ao colega Artur Narciso fez notar que a diferença está no rendimento dos pequenos empresários, pois o período de exploração será menor e os consumidores também deverão ser menos. -----

-----O *presidente da Câmara* esclareceu que a data de abertura surgiu na sequência da reunião que tiveram com os concessionários e da dificuldade que se deparam de contratar nadadores/salvadores uma vez que este ano não se realizaram cursos para nadadores/salvadores e foram prorrogadas as licenças que caducavam. -----

-----Assim considera seguro abrir a época balnear em 27 de junho com todos os nadadores/salvadores colocados em todas as concessões, para funcionar no seu pleno até dia 13 de setembro, mais aqueles que suplementarmente a autarquia tem assumido nos últimos anos.-----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* considerou perigoso a abertura ser só em 27 de junho, porque estão no fim de maio e as praias já têm muitas pessoas, manifestando a sua preocupação com esta decisão. -----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria de 22 votos contra, 11 votos a favor e 5 abstenções reprovou a recomendação em título. -----

-----Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PSD, BE, TnL e CDS-PP, e se abstiveram 4 deputados do PS e 1 do PCP.-----

-----**Declaração de voto de António Carneiro:** -----

-----“Abstenho-me porque embora me reveja nalguns pontos outros há um que não me revejo”-----

RECOMENDAÇÃO – CONSULTA PRÉVIA PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM FAMILIARES DE VEREADORES E NÃO AJUSTE DIRETO:-----

-----“A Câmara Municipal de Torres Vedras decidiu - e bem- implementar um programa de ginástica laboral para os seus trabalhadores e do SMAS.-----

-----Este programa visa melhorar a saúde dos trabalhadores e evitar lesões, trazendo, certamente, ganhos ao nível da sua qualidade de vida e do exercício profissional.-----

-----Em 18 de junho de 2018 foi autorizada a despesa para a aquisição do serviço de ginástica laboral no âmbito da segurança e saúde no trabalho, por ajuste direto.-----

-----Para o procedimento foi convidada a apresentar proposta a FISIOTORRES – Centro de Fisioterapia de Torres Vedras, Lda.-----

-----Foram, entretanto, celebrados quatro contratos com a FISIOTORRES, todos por ajuste direto, num montante que, em menos de dois anos, ascende a 44.530,00 €, a saber em 29-06-2018 (8.250,00€), 01-02-2019 (5.950,00€), 09-08-2019 (10.480,00€) e 11-02-2020 (19.850,00€).-----

-----Sendo cada um dos contratos de montante inferior a vinte mil euros, o procedimento tem cabimento legal. -----

-----Verifica-se que o serviço contratado é do âmbito de negócio de muitas outras empresas e associações do concelho, algumas das quais apoiadas, e bem, pelo município. Este facto, por si só, já recomendaria uma consulta ao mercado-----

-----Contudo, a ocorrência adquire outros contornos, a nosso ver inaceitáveis, no sentido em que uma das sócios-gerentes da FISIOTORRES é nora da vereadora Laura Rodrigues, que detém, entre outros o pelouro do desporto. -----

-----Esta situação é duplamente constrangedora: por um lado, permite leituras de favorecimento por parte de membros do executivo a seus familiares, por outro, cria um ónus nas pessoas e empresas que, assim, são envolvidas.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida no dia 28 de maio de 2020, delibera requerer e recomendar à câmara municipal: -----

-----I.A remessa de toda a informação, documentação e explicitação dos critérios que levaram à tomada de decisão pela celebração de ajuste direto à FISIOTORRES; -----

-----II.Que, de futuro, os projetos apresentados por particulares ou empresas com interesse para o município sejam apreciados em reunião do executivo municipal; -----

-----III.Que, de futuro, todas as adjudicações de serviços a familiares diretos de membros do executivo municipal sejam por via de consulta prévia e não por ajuste direto. -----

-----Grupo Municipal do PSD.”-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* começou por referir que o grupo municipal do PS entende que a questão suscitada no ponto I da recomendação é importante e que devem estar na posse de todos os elementos para tomar uma posição, para oportunamente apreciar a questão. ---

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que desconhecia este caso, confessando-se chocado, pelo que também solicitou que fosse disponibilizada a informação recomendada no ponto I à Assembleia Municipal o mais depressa possível, para se pode pronunciar melhor noutra altura.

-----A *deputada municipal Rita Sammer* assinalou que os 3 pontos não estão necessariamente articulados uns com os outros como se percebe. -----

-----Assinalou ainda que a questão do ponto 1 tem a ver a possibilidade de perceber que quando há uma proposta que tem interesse para o município, deve ser apreciado pelo executivo municipal e se for um familiar direto, não se faz um ajuste direto para proteger todas as partes envolvidas.-----

-----Disse também que se for a questão referida no ponto I que objeta a aprovação da recomendação, então retiram-na, transformando-a num requerimento e ficam os pontos II e III. -----

-----De novo no uso da palavra o *deputado municipal Jacinto Leandro* fez notar que estarem na posse de toda a informação e documentação dos critérios que levaram à tomada de decisão pela celebração de ajuste direto à FISIOTORRES é relevante, não considerando que podem analisar os pontos II e III sem ter conhecimento desta informação e se o fizerem não estão a prestar um bom serviço.-----

-----Argumentou que partem do principio que quem fez a moção tem conhecimento, mas se pedem estes elementos é para serem esclarecidos e poderem tomar em consciência uma posição, sendo que, sem os mesmos não estão em condições de votar esta proposta e se o PSD insistir, tomarão posição contra. -----

-----Pedi novamente o uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer* para indicar que não

vão compactuar com esta fuga, pois a questão é objetiva e óbvia. -----

----Assim fez notar que foram feitos 4 ajustes diretos à nora da Vice-presidente Laura Rodrigues, e para além de quererem conhecer o projeto, que é secundário, recomendam que se tem interesse para o município deve ser apreciado pelo Executivo Municipal e se for um familiar direto, não se faz um ajuste direto. -----

----Não entende que queiram fugir disto, porque protege as partes envolvidas. -----

----A *deputada municipal Teresa Oliveira* disse ter percebido esta recomendação e está inteiramente de acordo, contudo manifestou algumas dúvidas quanto à definição de "familiar direto", tendo a deputada municipal Rita Sammer prestado os devidos esclarecimentos. -----

----O **presidente da Câmara** desde logo se manifestou disponível para facultar a documentação que for solicitada. -----

----Também informou que todos os procedimentos foram enquadrados na lei vigente em matéria de prestação de serviços. -----

----Informou ainda que este programa de ginástica laboral implementado pelo município de Torres Vedras faz parte de um projeto inovador em Portugal no âmbito dos municípios, embora já seja utilizado por muitas empresas. Inicialmente teve projeto piloto tendo mais tarde passado a integrar a vida diária do município e traduziu-se ao longo de 2 anos numa experiência francamente positiva.

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que desconhecia completamente a informação prestada pela recomendação. -----

----Questionou se a vereadora Laura Rodrigues participou na votação deste contrato e quando foi feita a decisão pois importa que não se repita futuramente. -----

----Solicitou que a vereadora fosse autorizada a pronunciar-se sobre o assunto. -----

----Assim, nesta sequência e devidamente autorizada pelo presidente da Mesa, **a vereadora Laura Rodrigues** desde logo respondeu ao deputado municipal Sérgio Jacinto que não participou em nenhuma votação de contrato desta natureza, e que apesar de ser a vereadora que detém o pelouro da atividade física, não tem nada a ver com o pelouro onde este projeto foi trabalhado e decidido. -

----Esclareceu que este projeto foi apresentado no âmbito da higiene e segurança no trabalho, que faz parte da divisão de recursos humanos, não tendo sido sua a decisão de contratar, não significando que não soubesse que o projeto estava em andamento. -----

----Esclareceu ainda que este programa foi apresentado pela Ana Gonçalves à Câmara Municipal em final de 2016, início de 2017 que nessa altura não tinha qualquer relação familiar com ela. -----

----Reforçou que todos os eleitos têm que se reger por legislação que está aprovada, existindo um código da contratação pública que tem que ser escrupulosamente cumprido e foi. Também existe um código de conduta para eleitos, que não foi ultrapassado. -----

----Concorda que o solicitado no ponto I é completamente devido, no entendimento que devem ter

acesso ao processo todo, mas, recomendar que qualquer projeto de interesse municipal venha à Câmara, ultrapassa as competências de cada um dos vereadores e do presidente da Câmara. -----

-----Quanto ao recomendado no ponto III, se está a ser escrupulosamente cumprido o Código dos Contratos Públicos e se as pessoas não devem ser discriminadas por ser familiares, então qual a razão de ter um procedimento diferente quando recebem uma proposta de alguém que seja familiar.

-----A *deputada municipal, Rita Sammer*, disse que o ponto I da recomendação acima transcrita seria retirado da votação passando a requerimento, que entregou na Mesa. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 25 votos contra, 11 votos a favor e 2 abstenções a recomendação em título sem o ponto I. -----

-----Anota-se que votaram a favor, TnL, CDS-PP, PCP, PSD e abstiveram-se João Rodrigues e José Augusto Carvalho.-----

-----**Declaração de voto de José Augusto de Carvalho.** -----

-----“Abstenho-me porque para além da lei existe a ética.”-----

2 - PROPOSTA N.º 24/CM/2020 - INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2019 E 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2020 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 1977 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19 de maio, a remeter 1.ª revisão em título, de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 12/05/2020, a qual contempla, para além do saldo de gerência de 2019, o mapa de “Fluxos de Caixa”, nos termos do artigo 129.º, da LOE/2020, no valor de € 6.048.254,65, sendo € 5.985.972,82 relativos à execução orçamental e € 62.281,83 relativos a operações de tesouraria.-----

-----O *presidente da Câmara* introduziu o assunto, assinalando a clareza dos documentos disponibilizados relativamente à integração do saldo de gerência a transitar para 2020, de modo a que os SMAS possam prosseguir com a sua atividade. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* questionou se por conta da incorporação deste saldo de gerência a Câmara Municipal deixa de transferir €1.800.000,00 para os SMAS, a que se deve esta redução e se tem a ver com o alcatroamento da rede viária.-----

-----O *presidente da Câmara* confirmou a primeira questão, mas esclareceu que não tem a ver com a ver com o normal funcionamento dos serviços. -----

-----Não se registaram mais intervenções, pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2020 dos Serviços Municipalizados de

Água e Saneamento de Torres Vedras, com a integração do saldo de gerência da execução orçamental de 2019.-----

PONTOS ADITADOS:-----

PROPOSTA N.º 25/CM/2020 - 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, PARA 2020:-----

-----Presente ofício número 2236, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 26/05/2020, atendendo à urgência no início da tramitação do processo, a remeter a revisão título, de acordo com o deliberado com o executivo por unanimidade em reunião de 26/05/2020, que surge no seguimento da Notificação de Decisão enviada pela Comissão Diretiva do PO Centro, segundo a qual foi deliberado reforçar o FEDER para Torres Vedras em € 486.754,03, destinado a operações enquadráveis na Prioridade de Investimento 4.5 (PAMUS), tendo sido decidido avançar para uma eventual candidatura, recaindo a escolha sobre o projeto de extensão das Paragens de Chegada e Confluência (PCC's) às sedes de freguesia.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou qual o valor da comparticipação do FEDER.

-----O *presidente da Câmara* informou que será de 85%.-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria, de 33 votos a favor e 2 abstenções, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e às GOP's aprovadas para 2020.-----

-----Anota-se que se abstiveram Maria Teresa Oliveira e João Rodrigues e estavam ausentes da sala Sérgio Jacinto, Nuno Henriques e João Pedro Gomes.-----

PROPOSTA N.º 26/CM/2020 – AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZOS PARA FINANCIAMENTO DE INTERVENÇÕES NA REDE VIÁRIA MUNICIPAL, ATÉ AO MONTANTE DE € 1.685.000,00:-----

-----Presente ofício número 2239, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26/05/2020, a informar que conforme deliberado pelo executivo em sua reunião de 26/05/2020, é intenção do executivo contratar empréstimo para financiamento das seguintes intervenções: Construção de Pontão em Fonte Grada (até 90.000,00); Construção de Ponte na Av. Monsenhor José Fialho, em A-dos-Cunhados (até € 490.000,00); Construção de rotunda de acesso à Ponte na Av. Monsenhor José Fialho, em A-dos-Cunhados até € 260.000,00); Requalificação da EM 563: Campelos-Cabeça Gorda (até € 185.000,00); e Requalificação de diversos arruamentos nas freguesias do Concelho de Torres Vedras – fase 2, (até € 660.000,00).-----

-----Informa ainda que de acordo com o estabelecido no n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, caso o investimento ultrapasse os 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, terá que ser submetido, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal, uma vez que, as despesas

de investimento previstas para 2020 ascendem a € 14.687.556,00, e atendendo à urgência na contratação do empréstimo, solicitam análise e consequente deliberação relativa à autorização prévia da assembleia municipal para a contratação de empréstimo em causa, a remetendo informação 14/DF/2020 da Divisão Financeira, bem como o mapa da capacidade de endividamento do município. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* questionou se o edil pondera reduzir o período estipulado para o empréstimo em discussão.-----

----O **presidente da câmara** informou que pode ir até ao máximo de 20 anos, mas vai ser de 12 anos.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que lhe parece um avanço em relação ao que estava proposto ainda assim estão a falar do equivalente a três mandatos e faria sentido se o empréstimo garantisse o alcatroamento do concelho inteiro, mas estão a falar novamente de pequenos remendos.-----

----O grupo municipal do PSD votará a favor, mas recomendavam que o tempo pudesse ser reduzido, até haver um plano mais abrangente e assim faria sentido ter um período maior para a amortização.O **presidente da Câmara** esclareceu que para fazer esse tipo de plano é necessário entre €75.000.000,00 a €100.000.000,00. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que quando aprovam os orçamentos ano após ano ouvem que as contas são sólidas, mas parece-lhe excessivo ir pagar € 1.685.000,00 em 12 anos, pois muita coisa pode mudar. -----

----Reportando-se à listagem das ruas que se pretende alcatroar, assinalou o facto de em algumas freguesias só contemplar um lugar e se há alguma razão especial para o mesmo. -----

----O **presidente da Câmara** informou que a listagem foi fruto de um levantamento feito com os presidentes de junta, em função das prioridades e da disponibilidade financeira. -----

----Tendo em conta as respostas dadas pelo edil a *deputada municipal Rita Sammer*, inquiriu como estava a ser feita a gestão municipal do alcatroamento no município, quando chegam a um ponto em que precisam da verba citada para pôr todas as estradas impecáveis.-----

----No seguimento das intervenções anteriores também o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* se mostrou surpreso com o valor referido pelo edil, tendo em conta que estão agora a falar de €660.00,00, mas são precisos €100.000.000,00, ou seja, vão investir 0,5% do que precisam. -----

----Fez notar ainda que tem conhecimento de algumas estradas que não estão elencadas, mas irão precisar de melhoramentos nos próximos tempos. -----

----De novo no uso da palavra o **presidente da Câmara** lembrou à deputada municipal que o concelho tem 1200 km de vias, que têm que ser geridas dentro do equilíbrio económico/financeiro e prioridades estabelecidas pelo Executivo.-----

-----Estão a investir na rede viária, porque têm a consciência que há muitas estradas e arruamentos em muito mau estado e a fazer um esforço significativo ano, após ano e em função da disponibilidade orçamental, sabendo que não conseguem chegar a todo o lado e para ter os 1200 km asfaltados estimam que são necessários valores da grandeza que já citou. -----

-----A concluir disse que quem andar pelo concelho já pode verificar algumas melhorias em troços que estavam em péssimo estado.-----

-----Não se tendo registado mais intervenções, o presidente da Mesa colocou à votação o ponto:--

-----A Assembleia Municipal atento o disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 deliberou, por maioria, de 35 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a autorização prévia para empréstimo de médio/longo prazos para financiamento de intervenções na rede viária municipal, até ao montante de € 1.685.000,00, prevista no n.º 2, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, 03/09.-----

-----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais João Rodrigues, Maria Teresa Oliveira e Sérgio Jacinto. -----

AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-----

PROPOSTA N.º 27 /CM/2020 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEITÓRIOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DAS ESCOLAS BÁSICAS – ANO LETIVO 2020/21, POR LOTES:-----

-----Presente ofício número 2238, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 26/05/2020, a remeter o processo em título, de acordo com o deliberado pelo executivo nesta mesma data, após ter aprovado a abertura de concurso público para a aquisição de produtos alimentares para a confeção de refeições e fornecimento de refeitórios dos jardins-de-infância e escolas básicas para o ano letivo 2020/2021, de setembro de 2020 a julho de 2021, com o preço base total o valor de € 479.000,00 a que acresce o IVA aplicável a cada produto, por lotes, conforme se encontra descrito na informação da secção e contratação pública n.º 100/2020 que faz parte integrante do processo. -----

-----Mais informa que tendo em conta os valores envolvidos e atendendo à urgência no início da tramitação do procedimento, solicita análise e consequente deliberação sobre a autorização para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais.-----

-----Atentas as suas competências previstas no nº 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8/06, bem como no n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, de 37 votos a favor e 1 abstenção autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais da aquisição de produtos alimentares para confeção e fornecimento de refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas básicas – ano letivo 2020/21, por lotes com o valor base de €479.000,00+IVA.-----

-----Anota-se que se absteve o deputado municipal Sérgio Jacinto-----

PROPOSTA N.º 28/CM/2020 - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO 2.º E 3.º CICLOS E SECUNDÁRIAS – ANO LETIVO 2020/21: --

-----Presente ofício número 2237 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26/05/2020 a remeter o processo em título, de acordo com o deliberado pelo executivo nesta mesma data, a informar que na sequência do processo de descentralização de competências do Ministério da Educação para o Município, no âmbito da gestão dos refeitórios escolares das escolas do 2.º Ciclo, 3.º Ciclo e Secundárias do concelho a Câmara, em sua reunião de 26/05/2020, deliberou aprovar a abertura de concurso público para a aquisição de refeições para as referidas escolas para o ano letivo 2020/2021, de 1 de setembro de 2020 a julho de 2021, para a qual foi definido como preço base o valor de €1,64/refeição e estimado o valor máximo total de € 367.360,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido da seguinte forma: 2020 – € 122.360,00 + IVA e 2021 – € 245.000,00 + IVA.

-----Mais informa que tendo em conta os valores envolvidos e atendendo à urgência no início da tramitação do procedimento, solicita a análise e consequente deliberação sobre a autorização para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais.-----

-----A Assembleia Municipal atentas as suas competências previstas no nº 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, bem como no n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção, autorizar a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais da aquisição de refeições confeccionadas para as escolas do ensino básico 2.º e 3.º ciclos e secundárias – ano letivo 2020/21, para o qual foi estimado o valor máximo total de € 367.360,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido da seguinte forma: 2020 – € 122.360,00 + IVA e 2021 – € 245.000,00 + IVA.-----

-----Anota-se que se absteve o deputado municipal Sérgio Jacinto.-----

3 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

3.1 - PROPOSTA N.º 18/CM/2020 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS EM VALA NO CONCELHO: -----

-----Presente ofício número 1474, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/04/2020 a remeter o pedido de autorização para a empreitada em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em 14/04/2020, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico deste procedimento, apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 37 votos a

favor e 1 abstenção autorizar a assunção de compromissos plurianuais, da empreitada para reabilitação de pavimentos em vala no concelho, no montante global de € 518.000,00€ +IVA, distribuídos da seguinte forma 2020 - 355.000,00€ +IVA e 2021 - 163.000,00€ +IVA. -----

-----Anota-se que se absteve o deputado municipal Sérgio Jacinto. -----

3.2 - PROPOSTA N.º 19/CM/2020 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE CONTADORES PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA, PELO PRAZO DE 2 ANOS: -----

-----Presente ofício número 1473, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/04/2020 a remeter o pedido de autorização para a empreitada em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em 14/04/2020, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico deste procedimento, apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado. -----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção autorizar a assunção de compromissos plurianuais, da aquisição contínua de contadores para medição de água, pelo prazo de 2 anos, no montante global de € 62.800,00 distribuídos da seguinte forma: 2020 - € 23.564,00, 2021 - €31.400,00 e 2022 - €7.836,00, todos mais IVA. -----

-----Anota-se que se absteve o deputado municipal Sérgio Jacinto -----

3.3 – PROPOSTA N.º 23/CM/2020 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE MATERIAIS DIVERSOS PARA ÁGUA E SANEAMENTO, POR LOTES: -----

-----Presente ofício número 1721, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/04/2020, a remeter o pedido de autorização para a aquisição em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 28/04/2020, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico deste procedimento, apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado. -----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção autorizar a assunção de compromissos plurianuais, para aquisição contínua de materiais diversos para água e saneamento, por lotes, com o limite contratual € 200.000,00 repartido pelos lotes: lote I - € 70,00, Lote II - € 90,00 e Lote III - € 40.000,00. -----

-----Anota-se que se absteve o deputado municipal do TnL, Sérgio Jacinto. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Tendo-se chegado à hora regimental e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos e em cumprimento do n.º 3, do art.º 34.º do Regimento da Assembleia Municipal, anunciou que continuariam no dia 2 de junho pelas 21.00h, dando por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, INICIADA EM 28 MAIO DE 2020:-----

-----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre dos Santos Narciso e Cristina Isabel Tereso Francisco Henriques.-----

----Faltaram os deputados municipais José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Rui Pedro Avelar Lopes e Ana Paula Santos Mota.-----

----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Maria João Pinto Correia.-----

-----A iniciar os trabalhos o *primeiro secretário* **António Fortunato** deu nota de que a mesa recebeu o pedido de substituição através de mail de João Pedro Gomes, de 29 de maio, em virtude do deputado municipal se encontrar ausente de Torres Vedras, por motivos profissionais não lhe sendo possível comparecer à reunião, solicitando para o efeito a sua substituição nos termos da legislação em vigor, por Cristina Henriques.-----

-----Por indicação do líder da bancada do PS, em substituição de Francisco Branco Silva estava presente Artur Narciso.-----

4 - PROPOSTA N.º 20/CM/2020 - CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DO RAMO CULTURAL REDE CULTURA 2027 LEIRIA – COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA:-----

-----Presente ofício número 1717, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/04/2020, a remeter o processo em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 28/04/2020, atentas as competências do Órgão Deliberativo nesta matéria. -----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que desde logo assinalou que depois de algum percurso os municípios do Oeste e Leiria procuraram encontrar um modelo de gestão para a rede, que assentou numa régie cooperativa e sendo a criação de uma nova entidade terá um parecer de cada uma das Assembleias Municipais. -----

-----Do processo disponibilizado também consta um estudo de viabilidade económica e sustentabilidade financeira, que sinaliza um modelo interessante para poderem seguir este trabalho visando a candidatura desta rede à Cidade Europeia da Cultura em 2027. -----

-----Deu nota ainda que fruto desse trabalho já têm um projeto aprovado pelo Centro 2020 - “Um Museu na Aldeia” onde os 13 museus da rede irão partilhar cultura de proximidade às comunidades e que agrega as experiências de todos municípios ao longo destes últimos meses.-----

-----Espera que hoje ao ser aprovada esta régie cooperativa possam dar mais um passo na sua criação com a participação do município de Torres Vedras.-----

-----O **presidente da Mesa** questionou se todos os municípios das duas comunidades intermunicipais envolvidas aderiram a este processo. -----

-----O deputado municipal **António Carneiro** questionou a designação concreta da candidatura em causa. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que para além dos municípios que fazem parte da OesteCIM e da CIM da região de Leiria, mas também os municípios de Tomar, Alcanena e Torres Novas aderiram e que a candidatura se denomina “Rede Cultura 2027 – Cidade Europeia da Cultura Leiria.”

-----O *deputado municipal* **Nuno Henriques** disse que 26 municípios apresentam a sua participação nesta cooperativa e acha que é hora de Torres Vedras liderar. -----

-----Vêm que também há distritos de Lisboa, Leiria e Santarém envolvidos e precisam de saber

quais os contornos desta rede, assinalando que uma vez que alguns concelhos participam com €1.020,00 sendo que a seguir a Leiria é Torres Vedras - que entra com mais capital (€29.480,00). -

-----Anotou que tem conhecimento que existem outras candidaturas no país para a rede cultura 2027 relativamente fortes que estão a ser trabalhadas, como são os casos das cidades de Évora, Faro, Coimbra e Guarda. -----

-----No caso concreto da constituição desta cooperativa, interessa saber quem são as pessoas que vão dirigir esta candidatura, no sentido de ponderar se devem investir ou não. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que no capital social da régie cooperativa, Leiria assumirá 25% e o restante capital será assumido por todos os municípios proporcionalmente ao número de habitantes, tendo Torres Vedras um papel importante face ao seu número de habitantes e às suas políticas culturais que são reconhecidas nacional e internacionalmente. -----

-----Deste modo assinalou que Torres Vedras tem assento na Comissão Executiva da candidatura, presidida pelo professor Bonifácio Serra, que foi o responsável quando Guimarães foi Capital Europeia da Cultura tendo como diretor artístico Paulo Lameira, também dinamizador da rede. -----

-----Acrescentou que a par disto todos os municípios irão indicar personalidades ligadas à cultura, tendente a que cada um possa dar o seu contributo, estando acordado que irão fechar este processo até final de junho. -----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro** na consideração que se trata de um trabalho bastante interessante e importante, por uma questão de coerência da sua parte, disse que não poderia votar a favor face à designação da candidatura. Não pode numa assembleia defender que o Oeste e Torres Vedras é Lisboa e noutra estar a aprovar esta candidatura juntamente com Leiria. -----

-----Deixou expresso o mérito da candidatura e que seguramente da mesma resultarão coisas positivas para a região Oeste, mas terá que se abster pela designação. -----

-----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** referiu parecer-lhe que Torres Vedras fica muito diluída nos restantes vinte e seis membros da cooperativa tendo em conta a participação inicial para o capital social envolvido. -----

-----O *deputado municipal* **Nuno Henriques** deu nota que esta candidatura está a ser conhecida como sendo do município de Leiria a que “outros” se juntam. -----

----- Precisam de ter Torres Vedras a liderar uma candidatura que tenha o seu nome pelo que entende que deveriam repensar, esta participação nesta altura, com a pandemia e a crise económica que se avista pois existem no município muitas atividades culturais. -----

-----Deu nota ainda que há outras candidaturas, tais como do Município de Évora que estão mais à frente com grandes potencialidades de ganhar e não sabe se estão a deitar fora dinheiro, que é preciso para outras coisas. Espera estar enganado e se assim for daqui a uns anos dará os parabéns. -----

-----O **presidente da Câmara** frisou que o Executivo Municipal pondera e reflete antes de abraçar qualquer projeto, tendo este sido profundamente analisado nos seus vários domínios, estando a decorrer de acordo com o mapeado para a sua implementação e nesta altura em que está a ser submetido à apreciação das respetivas assembleias municipais para dar corpo à candidatura, que é diferenciadora às demais que o deputado municipal citou, não é conveniente fazer este tipo de afirmações. -----

----- Deu nota que também o município de Aveiro está a preparar uma candidatura e a particularidade da “Rede Cultura 2027 – Cidade Europeia da Cultura Leiria” tem a ver com o modelo em rede que abrange os citados 26 municípios, modelo visto pela comissão europeia com muito bons olhos. -----

-----A **deputada municipal Rita Sammer** disse ser pena que não se tenha conseguido chegar a uma designação mais abrangente que não deixasse tão de fora, do ponto de vista formal Torres Vedras salientando que a principal objeção do PSD tem a ver com as projeções financeiras que lhes parecem um pouco irrealistas. -----

-----O **deputado municipal Nuno Henriques** disse que não está em causa o mérito do projeto, tendo na sua intervenção apenas feito reflexões e questões, dito que deviam repensar e que queriam Torres Vedras a liderar. -----

-----Concluídas as intervenções o presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão.

-----A Assembleia Municipal em cumprimento no disposto na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 na sua atual redação, conjugado com o n.º 1 do art.º 53.º, e n.º 3 do art.º 56 da Lei n.º 50/2012, de 31/08, deliberou, por maioria de 28 votos a favor e 8 abstenções, autorizar o Município de Torres Vedras, à criação da cooperativa do ramo cultural Rede Cultura 2027 Leiria – Cooperativa de Responsabilidade Limitada, em conformidade com os documentos que suportam a proposta e que fazem parte integrante do processo. -----

-----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais Rita Sammer, Luís Carlos Lopes, Nuno Henriques, Marta Geraldina Almeida, Ana Fiéis, Sérgio Jacinto e António Carneiro. -----

5 - PROPOSTA N.º 16/CM/2020 - CONSTITUIÇÃO E ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:-----

-----Presente ofício número 1419, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8/04/2020 a remeter o processo em epígrafe, de acordo com o deliberado pelo executivo em 17/03/2020, atentas as competências do Órgão Deliberativo nesta matéria.-----

-----O **presidente da Câmara** deu nota que esta associação surgiu no âmbito do desafio lançado aos municípios aquando da sua criação no decorrer do XXI Governo Constitucional, tendo Torres Vedras aderido de início à rede adapt.local juntamente com 25 municípios, tendo sido neste processo

de construção que desenvolveram a estratégia municipal de adaptação do município às alterações climáticas em Portugal. -----

----Com a transformação desta rede numa associação pretendem que todos os municípios tenham a sua estratégia e dar um passo para reforçar a sua capacidade de intervenção, bem como a eficácia na implementação do programa de ação. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o PSD irá votar a favor este ponto, realçando com especial importância o facto de esta rede se propor a ter uma ação que se traduz em ações práticas. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* salientou o facto de haver uma grande diferença na participação do município nesta rede e na cooperativa apreciada no anterior ponto da ordem de trabalhos, aparecendo na adapt.local como o município fundador e instituidor desta entidade, com um papel preponderante e irá votar a favor. -----

----O *deputado municipal Jacinto Leandro* saudou a adesão do município a esta rede que versa as adaptações locais as alterações climática, com esta constituição plural e horizontal a todo o território nacional. -----

----Disse ser importante que esta sensibilização se continue a fazer por todo o país, por todos os municípios, para aumentar a massa crítica e para influenciar o resultado final, dado que quantos mais municípios aderirem mais fácil será de atingir os objetivos e viabilizar a sustentabilidade financeira da associação. -----

----O *deputado municipal Nuno Henriques* manifestou-se satisfeito que o município de Torres Vedras manifeste estas preocupações ambientais, estando em causa nesta rede as alterações climáticas, sendo bom que seja uma preocupação partilhada, que passa também pelo Executivo PS refletir na qualidade do ambiente e saúde pública a nível dos transportes públicos, nesta época de pandemia. -----

----Considerou também importante que a Assembleia Municipal tenha conhecimento das participações, atividades e retorno nas várias associações de que o município faz parte, de modo a que a oposição possa contribuir positivamente num espírito crítico para promover melhorias. -----

----Assinalou que o ambiente é dos temas que os une, pois sem um bom ambiente e sem boa qualidade de vida não vão conseguir ser felizes. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* sinalizou que a este momento excepcional de pandemia crescem em matéria ambiental diversos problemas com os utensílios mais ou menos descartáveis que todos têm que usar tais como luvas e máscaras, considerando importante haver sensibilização da forma como devem ser eliminados no lixo doméstico e não no lixo reciclável. -----

----Lembrou também que o município de Torres Vedras não tem recolha adequada de pilhas que

são um cancro ambiental, nomeadamente, para a água potável. -----

-----Estando reunidas as condições para se votar, o plenário pronunciou-se-----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2023, de 12/09 na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a constituição e adesão do Município de Torres Vedras à Adapt.Local - Rede de Municípios para a adaptação local às alterações climáticas em conformidade com os respetivos estatutos.-----

6 - PROPOSTA N.º 17/CM/2020 - ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS AMO MAIS: -----

-----Presente ofício número 1420, da Câmara municipal de Torres Vedras, de 8/04/2020 a remeter a proposta de alteração em título de conformidade com o deliberado pelo executivo em 17/03/2020, tendo em conta a competência da Assembleia Municipal nesta matéria. -----

-----O **presidente da Câmara** fez uma pequena introdução à alteração em título indicando que decorre da necessidade de fazer pequenos ajustes aos estatutos, nos termos da lei vigente. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que procurou os estatutos em vigor e não os encontrou, pedindo que o edil elucidasse sobre os fins da AMO + referidos no ponto 2 do art.º 2.º e que deixarão de vigorar com a aprovação em apreço.-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues*, fez notar que a AMO se transformou em OesteCIM em 2008, integrando nas suas competências serviços e património, no entanto foi criada em 11/02/2010 no seu âmbito, esta associação de fins específicos, na área dos resíduos sólidos, preparando-se esta assembleia municipal para alterar os seus estatutos, para a tornar mais abrangente e ficar de acordo com a legislação. -----

-----Assim tinha algumas questões a colocar, concretamente: qual a razão de ter sido criada a AMO+, quais as vantagens, qual a razão de não gerir só os resíduos sólidos e ainda uma vez que foi criada com competências específicas, qual a razão se se alterar agora os estatutos de forma a que fique com atribuições paralelas à OesteCIM. -----

-----Por último questionou a razão de não centrarem os resíduos sólidos na OesteCIM dado que faz parte das suas atribuições.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou se faz sentido o município da Azambuja fazer parte desta associação, uma vez que deixou de fazer parte da OesteCIM. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que com a extinção da Resioeste, onde Azambuja estava incluída, os municípios que faziam parte criaram a AMO MAIS, para trabalhar a componente dos resíduos.-----

-----Com esta alteração a associação em causa passa a ser mais abrangente tendo a OesteCIM delegado nela a economia circular e a mobilidade áreas, onde a vertente da sensibilização é cada vez mais importante, daí os estatutos mais abrangentes nos domínios citados. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* estranhou o facto de a alteração ao art.º 2.º não incorporar o que está expresso na proposta de alteração, já que esta dimensão das alterações climáticas acaba por não ter expressão na redação do objeto dos estatutos. -----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que a redação anterior não fazia referência nem na mobilidade nem na economia circular e está vertido no n.º 1 do art.º 2.º. -----

-----A Assembleia Municipal, em cumprimento da competência prevista na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade aprovar a alteração aos estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos AMO MAIS. -----

7 - PROPOSTA N.º 6/AM/2020 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2019 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício n.º 206/20, da CPCJ de Torres Vedras, de 19/03/2020, a remeter o relatório em título, dando cumprimento à alínea j) n.º 2 do art.º 18.º da Lei em causa, o qual foi aprovado por unanimidade na reunião da Comissão Alargada, no dia 29/01/2020. -----

-----O presidente da Mesa deu a palavra ao presidente da comissão em título, **Ângelo Teodoro** a quem agradeceu a presença, tendo o mesmo feito uma breve apresentação do relatório, pronunciando-se de seguida o plenário. -----

-----A *deputada municipal Ana Fiéis* começou por dizer que o presidente Ângelo Teodoro se esqueceu de referir a comissão alargada, que sempre procurou dar, não só em 2019 como nos outros anos, o contributo que considera necessário para o trabalho que a CPCJ possa apresentar. -----

-----Lembrou também que em contexto de comissão alargada foram realizadas, na freguesia de Campelos, duas ações de sensibilização que foram extremamente importantes, iniciativa que a seu ver deve ter continuidade em todas freguesias do concelho, apelando nesse sentido aos presidentes de junta presentes. -----

-----Referiu que a CPCJ é vista na comunidade em geral como “bicho papão” sendo importante passar a mensagem que procura auxiliar e educar as famílias sinalizadas na consciência de que é o superior interesse da criança que estará sempre em causa, visando prevenir e por termo a todas as situações que sejam suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, educação e o próprio desenvolvimento. -----

-----Acrescentou que essas ações de sensibilização são importantes para chegarem não só ao público escolar, mas também a todas as pessoas que queiram assistir e queiram perceber melhor o funcionamento da CPCJ. -----

-----Salientou que vivem tempos complicados com esta pandemia, que pode ter propiciado o agravamento nos lares das relações entre pais e filhos e enquanto sociedade responsável devem procurar alertar a comissão, mas se não, pelo menos alertar as entidades de primeira linha para situações que possam ter conhecimento. -----

-----Assinalou que a problemática da violência doméstica, é muito acentuada no concelho, indicador que já vem detrás há alguns anos, mas que se intensificou no ano de 2019, e nesse sentido apelou à autarquia que ajude a CPCJ na divulgação desta problemática, no sentido de a denunciar até porque sabem que quanto mais céleres forem mais depressa a CPCJ atua para conseguir debelar o problema, numa área em que a intervenção que tem que ser precoce.-----

-----Por último disse que vem apelar à solidariedade de toda a sociedade civil para sinalizarem situações porque a CPCJ vai ajudar a resolver o problema e não para outro qualquer sentido negativo que se lhe possam dar. -----

-----A *deputada municipal Susana Neves* começou por dar os parabéns pelo relatório em apreço, que espelha um nível de intervenção exímio e louvável. -----

-----Acrescentou que estão perante um relatório transparente no que concerne, primeiramente ao identificativo das problemáticas, muito bem identificadas, ao modelo e instrumentos que estão associados à desconstrução dos diagnósticos e às próprias medidas de proteção e respostas sociais que foram acionadas junto da criança em risco, com situações cada vez mais complexas e multicausais. -----

-----Manifestou a sua contínua e repetida preocupação com as problemáticas da violência doméstica, que vê novamente neste relatório a sofrer um crescimento assim como, da negligência em diferentes aspetos, referindo-se à saúde, afetivo, relacional e à educação, questionando se estas problemáticas sofreram um novo aumento no presente ano, face ao período pandémico que vivem.

-----Questionou também de que forma estão a ser sinalizados e com que recursos estão a intervir sobre as mesmas-----.

-----Tendo havido a suspensão do ensino presencial e sabendo que a escola é a bussola orientadora de acompanhamento de prevenção ao absentismo e abandono escolar inquiriu como têm detetado e intervindo precocemente nestas situações, até porque verificou-se um aumento da faixa etária de maior afetação com idade superior a 14 anos.-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* disse que o Bloco de Esquerda, partido que representa neste plenário, enaltece o trabalho dos membros da CPCJ, bem como de todas as entidades envolvidas que desenvolveram um trabalho essencial na intervenção junto das situações de maior risco e promoção dos direitos e protegendo a população mais jovem do concelho.-----

-----Contudo não pode deixar de assinalar o aumento de casos reportados e acompanhados em 2019 em relação ao ano anterior, bem como o grande predomínio de aspetos relacionados com a violência doméstica. -----

-----Pensa que este fenómeno crescente os deveria preocupar a todos, nomeadamente nos aspetos de prevenção primária, no acompanhamento das famílias e na verificação das condições sociais e económicas e das dificuldades das famílias que tornam as crianças vitimas, muitas vezes silenciosos

de situações funcionais e de carência.-----

----Sabendo que 2020 está a tornar-se ainda mais difícil para as famílias e havendo o risco sério deste tipo de situações aumentar, salientou que seria importante refletir sobre se se estará a CPCJ munida das ferramentas adequadas a este crescendo.-----

----Dado que o presente relatório não aborda constrangimentos na sua ação ou dificuldades em virtude do aumento de casos, questionou se estão reunidas as condições para um bom desempenho da comissão ou se pelo contrário existirão constrangimentos, nomeadamente na coordenação com as diferentes entidades locais no apoio ao funcionamento como recursos financeiros e logística fornecidos pela autarquia, no número de comissários para os casos existentes, no acesso a técnicos especialistas, no apoio dado pela comissão nacional na formação dos comissários para esta complexa e difícil missão, entre outras questões que possam constituir barreiras à sua função e que gostaria de ver refletidas e debatidas para poderem ter uma CPCJ cada vez melhor e mais preparada para os desafios crescentes que enfrenta.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* realçou o cuidado com que é feito o relatório e agradeceu a presença do presidente da CPCJ.-----

----Aludiu ao facto de a presidente da comissão nacional de promoção dos direitos das crianças e jovens ter dito recentemente numa entrevista que a sinalização de crianças em perigo caiu 52% em março e abril referindo-se a dados nacionais, indagou sobre os dados locais.-----

----Realçou também a sua preocupação quanto ao tempo necessário para aplicação de uma medida, já que estão a falar de crianças, situações sempre precárias, sendo 3 meses demasiado tempo para se esperar por uma resposta.-----

----Pensa que são dados bastante assustadores, quer nos novos casos quer nos reabertos, se bem que estes últimos os assustem um pouco mais, porque dá ideia que se são reabertos é por alguma coisa falhou ou se agravou.-----

----Disse ainda que a comissão restrita tem uma estrutura com 7 elementos, que se reúne com uma frequência quinzenal, não sabendo até que ponto tem que haver algum incremento.-----

----O *deputado municipal Paulo Valentim* como cidadão eleito para a comissão alargada mencionou que o relatório anual em apreço continua a ter uma evolução positiva na sua composição e apresentação que permite uma melhor compreensão e demonstração do trabalho desenvolvido.

----Salientou que as reuniões da modalidade alargada conseguiram este ano ter uma periodicidade mensal exceto nos meses de julho e agosto.-----

----Realçou que a violência doméstica é uma problemática que continua a crescer numa sociedade supostamente cada vez mais evoluída, considerando que deve ser transmitido às entidades superiores esta preocupação e promover uma revisão das medidas de prevenção.-----

----Outra preocupação que partilhou reporta-se ao receio dos possíveis denunciadores de casos,

muitas vezes não o fazem por medo de represálias, apesar da lei permitir a denuncia anónima, até certo ponto. -----

-----Assim, sugeriu que em conjunto com as entidades competentes se pense numa campanha de sensibilização dos cidadãos para a denuncia de casos suspeitos. -----

-----Foi dada a palavra ao presidente da CPCJ, **Ângelo Teodoro** que em resposta às intervenções começou por enfatizar o trabalho realizado pela comissão alargada, que reúne mensalmente e onde estão todos os comissários previstos na lei, tendo esta alteração também levado a um maior envolvimento e maior participação que tem mostrado mais resultados. -----

-----Quanto à sensibilização também lhe parece ser necessário realizarem mais sessões com a colaboração das juntas, outras entidades e da comunidade educativa que trabalha de forma muito próxima com as crianças pois ainda existem alguns mitos relacionados com a comissão que é necessário desconstruir e dar confiança às pessoas para sinalizar situações. -----

-----Classificou o período COVID-19 de muito desafiante, durante o qual estiveram sempre a dar resposta, tendo o maior desafio da CPCJ sido encontrar o equilíbrio entre a intervenção e a adoção das medidas de proteção e contenção, que eram necessárias fazer. -----

-----Quanto aos números, confirmou que tiveram uma baixa no número de sinalizações, pois não havia tantas entidades no terreno e as crianças estavam em casa. -----

-----Reportando-se à suspensão das escolas, tem a noção que foi um fator que aumentou a desproteção das crianças a vários níveis, especificamente porque eram os professores, educadores e auxiliares identificam e sinalizam situações de perigo, assim como desapareceram algumas respostas que a própria escola fornece e que foram descontinuadas. -----

-----A CPCJ tenta fazer o acompanhamento possível, muitas vezes através de telefone com as famílias, e em várias situações com a ajuda das forças policiais. -----

-----Tiveram muitos pedidos para perceber como estava a ser a adesão das crianças à telescola, tendo tido situações que estavam relacionadas com alguma desvalorização da escola que identificaram por parte das famílias e tiveram que intervir e aplicar medidas. -----

-----Concordou que de facto a violência doméstica é muito preocupante, estando os números a aumentar de forma também preocupante, contudo há uma indicação do Ministério Público para priorizar estes processos ou seja dar uma resposta mais rápida, aumentando a aplicação de medidas cautelares, a qual tem um conjunto de obrigações e de encaminhamentos para os pais e para a criança. -----

-----Lembrou que estão a falar de 7 elementos na comissão restrita, com tempos reduzidos por semana e com este aumento e complexidade das problemáticas todos os recursos humanos são poucos. -----

-----Disse que na sua opinião existem boas e variadíssimas respostas no concelho, as quais conseguem articular muito bem com várias entidades, e quanto à questão da violência doméstica vão dando respostas em colaboração com o GIAV (gabinete de apoio á vítima de violência doméstica).-----

-----Quanto ao tempo necessário para aplicação de uma medida, também é uma situação que os preocupa bastante, dando nota de alguns fatores que contribuem para é a propria tramitação que vai desde a instauração do processo, até à tomada de uma decisão, aplicação da medida ou o arquivamento.-----

-----Em relação às reaberturas, afirmou que internamente também têm essa atenção e analisam essas situações com algum cuidado para perceber se falhou alguma coisas ou se podem fazer algo de diferente.-----

-----Por último relevou a questão do anonimato na sinalização das situações aproveitando para apelar às primeiras comunicações e identificações, dado que quanto mais precocemente as receberem, mais condições têm para fazer uma boa intervenção.-----

-----O *deputado Municipal Luis Carlos Lopes* aproveitou a presença do presidente da CPCJ, para manifestar o seu agrado com a sua intervenção, num meio que nestes últimos meses está em completa ebulição, concretamente pelo facto de haver legislação para ser aprovada na Assembleia da República em relação à possibilidade da guarda partilhada passar a ser regra, havendo assim na sociedade 2 correntes que se opõem, mas com isso nem sempre o superior interesse da criança está em causa.-----

-----Apelou a que na CPCJ de Torres Vedras continue a haver equilíbrio e sobretudo mecanismos permanentes de autorregulação, para que não ocorram situações como as que ocorreram em Peniche e noutros concelhos do país.-----

-----Disse contar com o presidente da CPCJ para estas situações, com trabalho de qualidade, apesar de como ele referiu serem poucos.-----

-----Frisou que a regulação e o permanente desconforto com as decisões que se tomam trazem fragilidades, e sobretudo nestas situações em que a criança serve de arma de arremesso, por situações mal resolvidas, muitas vezes ninguém pensa na criança.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* enalteceu na pessoa do seu presidente o trabalho da comissão, realçando o percurso e o momento difícil que a sociedade portuguesa de um modo particular vive.-----

-----Referiu desde logo o papel da mulher na sociedade e na família, que normalmente para além do período laboral fora de casa, depois ainda tem o extra acrescido no seio familiar e agora neste período de pandemia muito mais complexo, pensando que têm que encontrar o equilíbrio para não serem intrusivos e os tais denunciante que há pouco foram falados sintam segurança em fazê-lo.

-----Alertou que as pessoas têm alguma dificuldade em entender que o denunciante está a fazer aquilo que deve, tentando ajudar uma criança indefesa e a tentar protegê-la daqueles que devem ser os seus principais protetores que são os seus pais, e a pessoa que acaba por denunciar não fique com o anátema sobre aquilo que se está a fazer, mas que seja enaltecido e protegido. -----

-----Por outro lado, tem que haver um equilíbrio entre o sacrifício de algum tipo de direitos, liberdades e garantias em função de outros valores mais importantes e não se pode ter este complexo, que não se pode invadir a vida privada sob qualquer forma, pois se outros valores mais importantes se levantarem têm que o fazer, têm que proteger crianças e é neste equilíbrio que a CPCJ, na medida do possível, terá que trabalhar. -----

-----A concluir o **Presidente da Assembleia** assinalou que o relatório em apreço qualitativamente constitui uma evolução em relação a relatórios do passado, com uma apreciação extremamente rica como fez, quer verbalmente quer no documento, que em tempo oportuno dirigiu ao órgão deliberativo. -----

-----Disse não compreender que os Serviços de Segurança Social não sinalizem, parecendo que não estão no terreno. -----

-----Assinalou também que pelas intervenções proferidas e se o plenário assim entender, justifica-se que aprovem um **voto de congratulação** pelos esclarecimentos prestados, pelo relatório, e que seja simultaneamente um voto de estímulo à comissão, na pessoa de seu presidente, extensivo a todos os seus membros, restrita e alargada, no sentido de procurarem corresponder com a maior oportunidade e com maior eficácia possível às problemáticas que atingem as crianças e os jovens do concelho. -----

-----Assim em nome da Assembleia Municipal endereçou os parabéns e um abraço simbólico para se sentirem animados numa causa que não é fácil. -----

-----O presidente da CPCJ, **Ângelo Rodrigues** agradeceu, informando que iria transmitir a todos os comissários CPCJ de Torres Vedras. -----

-----Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o voto de congratulação acima identificado e o Relatório Anual de Atividades 2019 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras. -----

8 - PROPOSTA N.º 7/AM/2020 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LÍDERES EM 2019: -----

-----Atento o disposto no art.º 27.º, n.º 1, do Regimento do Órgão Deliberativo, presente relatório em epígrafe. -----

-----Teve a palavra o *deputado municipal Sérgio Jacinto*, dando nota que neste mandato, e designadamente no último ano com as alterações legislativas, que, entretanto, ocorreram, as Assembleias Municipais passaram a ter muito mais trabalho. -----

-----Anotou todos terem presente que as ordens de trabalho são exigentes, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo e nenhum deles enquanto membros são profissionais desta função.

-----Acrescentou que não fora o bom desempenho da CPL e não fora o empenho pessoal e a dinâmica que o presidente da AM impôs quer à Assembleia quer à Comissão Permanente de Líderes os trabalhos nas sessões teriam sido muito inferiores quer do ponto de vista qualitativo quer quantitativo, teriam bastante mais dificuldade em vir com as decisões mais estudadas e mais bem preparadas e seguramente o trabalho não teria sido tão profícuo como tem sido.-----

-----Por último enalteceu o trabalho desta comissão e dos presentes e naturalmente no qual também se inclui. -----

-----O **Presidente da Assembleia** interveio no sentido de subscrever as palavras do deputado exceto no que respeita à sua pessoa, embora compreenda que a simpatia e reiterada amizade tenha estado na origem do que o deputado municipal disse.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, sendo a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 23:15 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia. -----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
